

A RELEVÂNCIA DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO CONTEXTO DOS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS

Professor Rodney Alfredo Pinto Lisboa

O Prof. Rodney Lisboa é especialista em História Militar. Trabalhou como docente da Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá, MG. É membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa. Possui mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos ministrado pela Escola de Guerra Naval, tendo como objeto de estudo o Grupamento de Mergulhadores de Combate. Publicou diversos artigos em periódicos e revistas especializadas abordando a temática da Guerra Irregular e das Operações Especiais (OpEsp). Atua como editor do blog FOpEsp (Forças de Operações Especiais) e como colaborador da Revista Segurança & Defesa para o seguimento OpEsp (rodneylisboa@yahoo.com.br).



A QUE SE DESTINAM AS OPERAÇÕES ESPECIAIS?

Considerando que as ações clandestinas, características das Forças de Operações Especiais (FOpEsp), dependem, fundamentalmente, do elemento “surpresa” [1] para determinar o sucesso ou o fracasso de uma campanha militar, é possível afirmar que as denominadas Operações Especiais (OpEsp) constituem uma modalidade de condução da guerra tão antiga quanto a própria guerra [2].

Os inúmeros conflitos armados travados em diferentes períodos históricos estão repletos de situações em que tropas pequenas e especialmente treinadas, valendo-se do princípio militar [3] clássico da “economia de forças” [4], realizavam um tipo de missão particularmente difícil – muitas vezes envolvendo ações denominadas “golpes de mão” [5] – para as quais as forças convencionais não se encontravam devidamente qualificadas.

A mitologia por trás da figura do guerreiro revela que várias culturas do mundo antigo construíram mitos e lendas com base em situações reais de confronto, nas quais o guerreiro, lançando mão de sua astúcia, capacidade e adestramento, acabava transformando-se em herói ao derrotar um

adversário muitas vezes mais forte e melhor equipado em uma ação até então considerada impraticável [6].

O herói mitológico incitou o imaginário popular tornando-se o ideal de guerreiro para várias organizações militares ao longo da história. Entretanto, embora alguns conflitos históricos sejam pródigos em apresentar episódios envolvendo tropas constituídas por guerreiros especializados, a tarefa de estabelecer um programa nacional efetivo para a formação de unidades compostas apenas por esse tipo específico de combatente mostrou-se proibitiva até meados do século XX, quando as forças armadas (FA) dos países mais desenvolvidos substituíram o sistema de conscrição (recrutamento) e reserva, que preparava seus contingentes de forma inadequada, pelo regime de voluntariado profissional, que oferecia os requisitos necessários para selecionar, treinar, capacitar e manter a tropa em um padrão operacional constantemente elevado.

Na segunda metade do século XX, por ocasião da constante tensão internacional provocada em decorrência da Guerra Fria, vários Estados influenciados direta ou indiretamente por uma das duas alianças militares antagônicas – bloco capitalista, liderado pelos EUA, e bloco socialista, liderado pela URSS – reestruturaram e/ou intensificaram suas políticas de defesa em face ao ambiente de guerra global iminente. Diante das incertezas geradas por ameaças mútuas, as FOpEsp assumiram um papel capital na estratégia de defesa dos países membros de cada uma das duas alianças. Operando normalmente na retaguarda do inimigo, elas agiam clandestinamente com a missão de desestabilizar o poder de combate da força opositora.

A modalidade de guerra não convencional relaciona-se com os princípios formulados por Carl Von Clausewitz [7] quando, considerando



Destacamento de Ações de Comandos.

que as operações militares são influenciadas por objetivos políticos uma vez que a guerra é um instrumento do qual se vale a política, as FOpEsp atuam “cirurgicamente” com o objetivo de enfraquecer o inimigo conquistando vantagens tanto militares quanto políticas.

Partindo da premissa formulada por Clausewitz, que estabelece uma relação íntima e direta entre guerra e política, as FOpEsp, por sua forma eficiente e sigilosa de operar, são utilizadas como uma valiosa ferramenta para garantir a estabilidade nacional e internacional [8]. Portanto, ao serem empregadas como instrumento comprometido com as políticas nacionais, cabe ao Estado oferecer as condições necessárias para que as FOpEsp adquiram a capacidade de operar de forma autônoma, dispondo dos componentes (inteligência, comunicações, transporte e logística) que lhe são imprescindíveis para a execução das tarefas a que se destinam [9]. Nesse aspecto, um enfoque relevante a ser analisado refere-se ao nível de condução da guerra (escalonados no âmbito político, estratégico,

operacional e tático) e sua abrangência quando considerados os resultados obtidos por ocasião de uma operação executada por tropas especializadas. Conforme é possível avaliar tomando por referência uma diversidade de campanhas realizadas por unidades de elite em momentos distintos da história, as ações envolvendo FOpEsp chegam a obter resultados estratégicos.

Neste ponto cabe ressaltar que o processo de formação de uma unidade de guerreiros aptos a conduzir ações militares não convencionais – OpEsp – é um empreendimento que requer uma combinação de fatores que dependem, fundamentalmente, das políticas nacionais de segurança, da iniciativa e capacidade da força militar em questão (Marinha, Exército ou Aeronáutica), do aporte financeiro destinado para esse fim, da disponibilidade de tempo (adestramento técnico operativo) e recursos (homens, equipamentos e armamentos), da adequação e modernização tecnológica, dos engajamentos compatíveis que permitam o emprego das habilidades adquiridas e a aquisição de experiência de combate que

possibilite a ampliação e diversificação dos conhecimentos obtidos [10].

Os conflitos contemporâneos mostram-se cada vez mais dependentes dos avanços da tecnologia. O planejamento e a condução de uma OpEsp seriam muito mais complexos e sensíveis às adversidades sem o conjunto de aparatos tecnológicos (armas e equipamentos) desenvolvidos para o desempenho otimizado das tarefas a que se destinam. Contudo, operadores do *Special Air Service (SAS)*, Serviço Aéreo Especial britânico [11], considerada a FOpEsp mais bem preparada do mundo, atribuem a excelência de suas capacidades militares não apenas ao moderno material tecnológico por eles empregado, mas principalmente ao meticuloso adestramento a que são constantemente submetidos. Na contramão desse conceito, provavelmente na tentativa de compensar o desajuste de suas políticas de segurança e defesa, muitos países em desenvolvimento tendem a valorizar a moderna tecnologia em detrimento da qualificação da tropa. Embora a discrepância tecnológica seja um fator que, indiscutivelmente, afeta o moral dos militares que enfrentam adversários melhor armados e equipados, ela não é sua faceta preponderante. Nesse sentido, considera-se que o aspecto mais importante para o moral de uma FOpEsp é a consciência relacionada à qualidade e eficiência do treinamento, permitindo que seus operadores sejam capazes de enfrentar situações desfavoráveis valendo-se da melhor forma possível dos recursos tecnológicos que lhes são disponibilizados [12].

É importante destacar, que embora apresentem algumas semelhanças entre si, os conceitos, doutrinas e procedimentos operacionais adotados pelas FOpEsp variam conforme

as políticas nacionais de defesa promovidas por cada país, distinguindo-se de acordo com a importância estratégica que o Estado atribui à utilização e manutenção dessas unidades, independente da condição (períodos de guerra ou tempos de paz) em que a nação se encontre [13].

Particularmente no que se refere à posição do Brasil, o Ministério da Defesa (MD) e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas entendem que as FOpEsp constituem:

Força especializada na condução de guerra irregular que, pela versatilidade que lhe confere a estrutura, o grau de instrução e o grande número de especialistas, pode ser empregada em grande variedade de missões que contribuem para a consecução dos objetivos da força como um todo [14].

Partindo da premissa formulada por Clausewitz, que estabelece uma relação íntima e direta entre guerra e política, as FOpEsp, por sua forma eficiente e sigilosa de operar, são utilizadas como uma valiosa ferramenta para garantir a estabilidade nacional e internacional

Com base nesta definição, as OpEsp realizadas pelas tropas brasileiras adestradas para a condução desse tipo de ação, ocorrem normalmente em ambiente de guerra irregular, em áreas conflagradas ou não, dentro ou fora do país, em ambiente amigo ou inimigo, interno ou externo, tendo por finalidade a conquista de objetivos estratégicos [15].

Por ocasião da abrangência que o termo "Forças de Operações Especiais" alcançou ao longo dos anos, sendo amplamente empregado nos diferentes níveis e setores das FA (Marinha, Exército e Aeronáutica) e dos órgãos de segurança pública (Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Polícia Militar, Polícia Rodoviária, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros), é impreterível esclarecer que as OpEsp consideradas neste estudo referem-se também a um gênero particular de ação que contempla missões do tipo "destrua e fuja". Embora tenham evoluído para categorias distintas de OpEsp, essa modalidade peculiar de missão ficou caracterizada pela ação rápida e



Habitantes locais em apoio às operações.

furtiva de tropas de pequeno porte, especialmente adestradas para agir clandestinamente com o objetivo de destruir ou inutilizar alvos operacionais ou estratégicos localizados na retaguarda do inimigo. A unidade precursora em ações dessa natureza foi idealizada em 1941 por Archibald David Stirling, oficial da Guarda Real Escocesa (*Scots Guards*), quando de sua proposta de criação do SAS britânico para minar a capacidade de combate do *Afrika Korps* [16] alemão no norte da África durante a Segunda Guerra Mundial [17].

NATUREZA SINGULAR DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS

No âmbito militar o termo “não convencional” é empregado em referência ao conjunto de ações que fogem à doutrina usual utilizada pelas forças regulares (convencionais), que norteiam sua conduta a partir de rígidas normas de procedimento adotadas como padrão para situações que pouco diferem umas das outras [18]. Quando utilizam de métodos pouco ortodoxos para cada uma das situações em que se encontram envolvidas, as FOpEsp – valendo-se do princípio de que não é a tática e sim a política a responsável por definir a forma do conflito [19] – buscam aproveitar-se do fator imprevisibilidade, característico das ações irregulares (guerra de guerrilha), para gerar uma “assimetria” [20] mediante o uso de formas de combate pelas quais o adversário não espera, percebe ou compreende, a fim de neutralizar ou minimizar o poder de combate das forças regulares inimigas, normalmente restritas a procedimentos previamente testados e estabelecidos [21].

A natureza assimétrica que opõe forças diametralmente contrárias em termos de poder de combate, impõe aos irregulares (FOpEsp) a necessidade de conjugar habilidades heterogêneas que lhes confere a autonomia necessária para analisar e solucionar a situação em questão com liberdade de ação, originalidade, simplicidade, praticidade e adaptabilidade. Para tanto, cada um dos operadores [22], conforme a especificidade de cada tropa, recebe elevados níveis de adestramento, de modo a qualificá-lo no desempenho de diversas capacidades que se estendem para além da metodologia formal do planejamento operacional adotado pelas unidades militares tradicionais [23].

Quando envolvidas em um confronto de natureza irregular, as FOpEsp devem empenhar-se para atender os seis princípios que lhe são inerentes (simplicidade; segurança; repetição; surpresa; rapidez; propósito) [24], no intuito de obter o conceito militar conhecido como “superioridade relativa”. Obtida no momento mais crítico e também no de maior risco ao longo de um engajamento (podendo ocorrer mesmo antes do combate ser travado), a superioridade relativa ocorre a partir de uma ação ofensiva rápida e precisa, levada a cabo contra um ponto vulnerável defendido pela força inimiga. Em decorrência do limitado poder de fogo das FOpEsp em relação às tropas convencionais, é crucial para os irregulares que a superioridade relativa seja alcançada e mantida o mais cedo que for possível, pois à medida que o engajamento se estende, maior a possibilidade da iniciativa ser perdida, sob pena de jamais ser recuperada, aumentando a vulnerabilidade da missão

em relação aos fatores relacionados à casualidade (Fricções de Guerra) [25], que por não poderem ser considerados nos planejamentos estratégicos, constituem influências que podem comprometer o êxito do engajamento [26].

Conforme apresentado, o desfecho das ações irregulares empregadas pelas FOpEsp depende da aquisição de habilidades diferenciadas mediante adestramento, da qualidade e especificidade dos materiais (equipamentos) e meios (procedimentos), da capacidade de operar rápida, sigilosa, oportuna e coletivamente (responsabilidade compartilhada) respeitando o planejamento e a preparação, da faculdade de adaptar-se ao acaso encontrando soluções pertinentes para cada situação específica, do correto estabelecimento da tríade (comando, controle e execução da ação) considerando o tempo (quando), o espaço (onde) e as particularidades defensivas do adversário.

A condição velada do universo que envolve as FOpEsp faz com que o conjunto específico de técnicas empregadas em determinados procedimentos operacionais, necessariamente, seja resguardado sob a égide do sigilo a fim de assegurar a consecução dos princípios supracitados. Embora muitos aspectos relacionados a essas técnicas sejam difundidos internacionalmente entre unidades análogas por conta do intercâmbio realizado em diferentes situações, os pormenores obtidos apenas mediante o empirismo, que por sua vez distinguem a metodologia adotada por cada FOpEsp, proporcionam um diferencial que deve ser protegido, sob pena de comprometer a eficiência da unidade em caso de exposição dessas técnicas. Essa "identidade metodológica", nascida, sobretudo, da experimentação sistemática, é adquirida pela

interação de fatores relacionados à capacidade humana (física, intelectual e psicológica) dos quadros operacionais e à versatilidade dos recursos (armas, equipamentos e vetores de lançamento/recolhimento) que lhes são disponibilizados.

Quando são identificadas e vêm a público, as operações militares revelam a identidade do Estado que as patrocinou, situação que dependendo da natureza da ação pode comprometer o desempenho de uma OpEsp. Desse modo, ações que requerem o emprego de FOpEsp devem ser realizadas como uma operação aberta, de baixa visibilidade, encoberta ou clandestina.

As "operações abertas" são declaradas pu-

blicamente pelo Estado patrocinador que assume a iniciativa da ação. Embora não sejam formalmente negadas pelo Estado patrocinador, as "operações de baixa visibilidade" são realizadas da forma mais discreta possível. Nas "operações encobertas" o Estado patrocinador dissimula a ação, resguardando-se de modo a negar de maneira plausível que seja o responsável pela operação. Por sua vez, devido à natureza sensível da opera-

ção (que pode comprometer o Estado patrocinador) as "operações clandestinas" ocorrem de forma dissimulada, com as autoridades negando seu envolvimento. Particularmente nesse caso, as consequências da ação, necessariamente, devem ser percebidas pela opinião pública como obra do acaso [27].

Realizadas normalmente como uma operação de natureza clandestina [28], cujo sigilo constitui elemento fundamental para proteger a integridade da missão, as campanhas conduzidas por FOpEsp ocorrem de duas formas distintas: por ação direta (AD), quando a FOpEsp estabelece contato

A condição velada do universo que envolve as FOpEsp faz com que o conjunto específico de técnicas empregadas em determinados procedimentos operacionais seja resguardado sob a égide do sigilo a fim de assegurar a consecução dos princípios supracitados.

direto com o inimigo; por ação indireta (AI), quando a FOpEsp disponibiliza organização, treinamento e logística para que forças amigas estabeleçam o contato com o adversário.

Conforme ambiente operacional e tempo de engajamento, ambos métodos (AD e AI) podem ser planejados e conduzidos de forma independente ou conjunta, sendo levados a efeito de maneira autônoma ou em apoio às forças convencionais. Embora possam ocorrer de forma integrada, o efeito produzido será muito superior quando as AD e AI materializam-se separadamente [29].

Embora as FOpEsp de diversas nações guardem sensíveis diferenças entre si, conforme a missão, a categoria e o método de execução, as operações especiais apresentam similaridades e classificam-se em:

Ação de Comandos, AD, operações destinadas a conduzir interdição/destruição de alvos críticos; captura, resgate, evacuação ou neutralização de pessoal/material localizado em território hostil (todos avaliados como objetivo de valor estratégico); planejadas para serem executadas como uma ação de choque, conduzida de surpresa, com alta intensidade e curta duração.

Guerra Irregular, AI, ações realizadas em área politicamente sensível ou controlada pelo inimigo, mediante emprego de técnicas e táticas da guerra de guerrilha. Operações dessa natureza são realizadas por pessoal nativo da área de operações, a partir de organização, treinamento e logística (armas e equipamentos) ofertados por destacamentos de FOpEsp. Desenvolvidos de modo a possibilitar movimentos de resistência ou insurgência.

Operações contra Forças Irregulares, AD/AI, decorrentes de ações executadas em função de objetivos atrelados à defesa da Pátria (defesa externa), à garantia da lei e da ordem (defesa interna), bem como em cumprimento aos compromissos assumidos com organismos internacionais. Em geral, consideram basicamente os procedimentos não convencionais empregados na condução da guerra irregular.

Reconhecimento Estratégico/Especial,

AI, ações objetivando o recolhimento de um conjunto de informações de importância estratégica ou operacional relacionadas à capacidade de combate do inimigo e características do ambiente (terreno e clima).

Operações Psicológicas, AI, conjunto de medidas adotadas pelas FOpEsp de modo a influenciar o público-alvo a adotar comportamentos favoráveis que venham de encontro com a consecução de objetivos políticos, militares e econômicos.

No cenário contemporâneo, a globalização econômica fez surgir uma nova ordem mundial onde despontam atores com motivações político-ideológicas sem vínculos com os Estados Nacionais, que buscam impor sua posição pelo uso da força. Por não disporem de representatividade estatal, retirando do Estado o monopólio da guerra, essas “novas ameaças” (insurreições, crime organizado, narcotráfico, pirataria e terrorismo) apresentam-se como um desafio para as instituições militares como um todo, uma vez que a modalidade de “guerra assimétrica” proposta por elas, em alguns casos, ignora o direito internacional dos conflitos armados (DICA), *law of armed conflict* (LOAC), que é regido pelos termos da Convenção de Genebra [30].

Para os países soberanos, o grande desafio de enfrentar o combate irregular e assimétrico encontra-se na capacidade de estudar e compreender os fenômenos relacionados a essa categoria de confronto, promovendo um conjunto de adaptações político-militares que contribuam para que ações dessa natureza sejam coibidas, uma vez que a postura conservadora de enfrentamento, considerando o emprego de tropas e métodos convencionais, mostra-se sujeita a falhas devido à inadequação dos procedimentos adotados. Os artifícios pouco ortodoxos utilizados pelo inimigo na conduta de um conflito irregular requerem uma resposta igualmente diferenciada, demandando a elaboração e/ou desenvolvimento de metodologias compatíveis, eficientes e aceitáveis de confrontação. Nesse ponto devemos esclarecer que o termo “aceitável” refere-se à legitimidade das ações militares

em favor de um Estado, uma vez que elas são consideradas legítimas quando levadas a garantir a estabilidade política, econômica e social da nação em questão, mas perdem esse caráter quando atingem sua cultura, valores, interesses e pessoas [31].

No contexto internacional, a virada do século XX para o século XXI ficou marcada pela série de atentados terroristas promovidos pela al-Qaeda [32] contra as cidades norte-americanas de Washington e Nova York em 11 de setembro de 2001. A partir desses eventos, as FA norte-americanas reagiram imediatamente, revisando sua estratégia de defesa para mobilizar todos os recursos necessários no intuito de desencadear a guerra global contra o terrorismo, *global war on terror* (GWOT), cujos alvos prioritários seriam a al-Qaeda e o Talibã [33]. Diferente das guerras travadas pelos EUA no passado, o conflito em questão requeria o engajamento de tropas norte-americanas contra inimigos sem fronteiras. Estendendo sua declaração de guerra contra qualquer nação, organização ou pessoa que corroborasse com a iniciativa terrorista, o governo de Washington iniciou uma campanha militar no Afeganistão, país que servia como reduto da al-Qaeda [34].

As particularidades restritivas do acidentado terreno afegão impossibilitaram o emprego de tropas convencionais, fato que levou os norte-americanos a valerem-se de suas FOpEsp para a execução das ações de campo [35]. A importância estratégica que o Pentágono atribuía às FOpEsp na campanha afegã era tamanha, que o conflito foi classificado pelos militares como guerra centrada nas forças de operações especiais (*special forces centric warfare*)

[36]. O resultado do empreendimento norte-americano no Afeganistão evidenciou as tropas não convencionais de modo jamais visto em engajamentos militares anteriores [37]. Sobre os procedimentos operacionais conduzidos pelas FOpEsp norte-americanas, são dignos de nota: coleta de dados de inteligência; marcação de alvos com dispositivos laser para aviação e/ou artilharia; formação, recrutamento e apoio às forças da Aliança do Norte [38]; ataque à infraestrutura da al-Qaeda; captura de alvos de grande valor; resgate de pilotos abatidos; apreensão de documentos; entre outros [39].

As campanhas levadas a efeito por FOpEsp

na Guerra do Kosovo em 1999 [40] e na Guerra do Afeganistão em 2001 [41], são exemplos do emprego estratégico das unidades de elite em favor dos interesses dos Estados, uma vez que os resultados obtidos conscientizaram as autoridades estatais que grandes objetivos políticos podem ser alcançados por FOpEsp organizadas em pequenas unidades e sem a onerosa necessidade de utilizar os grandes contingentes das tropas convencionais [42].

Sobre a relevância estratégica das FOpEsp, Colin Gray afirma:

As forças de operações especiais são um ativo da grande estratégia nacional: elas constituem uma ferramenta de política que pode ser empregada cirurgicamente em apoio à diplomacia, assistência estrangeira (de inúmeras formas), bem como uma das forças militares regulares, ou como uma arma independente [43].

Ponderando sobre a utilização das FOpEsp em favor da grande estratégia dos Estados [44], Gray evidencia as unidades de elite como um importante instrumento do poder militar que pode ser empregado em

Por não se comprometerem a observar os regulamentos internacionais, os atores não estatais lançam mão de métodos não convencionais que fogem à capacidade das tropas regulares, dando proeminência às unidades que têm competência para enfrentar esse tipo de ameaça.

favor dos interesses estatais (política).

Especificamente no caso do Brasil, cuja sociedade não reconhece plenamente a abrangência da atuação de suas FA, os inúmeros problemas sociais enfrentados pelo país dificultam maiores investimentos nos setores de segurança e defesa. Outro agravante que compromete a consciência do povo brasileiro em relação às FA, bem como à necessidade de promover mudanças na Política de Defesa Nacional (PDN), é a sensação de que o país, mesmo dispondo de uma ampla diversidade de recursos naturais, não está sujeito a qualquer tipo de ameaça. Para reverter esse quadro, é fundamental que os diferentes setores da sociedade sejam introduzidos no debate que tem a PDN como foco, discutindo os programas a ela relacionados como medidas comprometidas não com o programa político de um determinado governo, mas com sucessivos governos que se empenham em estabelecer uma política de Estado duradoura [45].

CONCLUSÃO

Mesmo parecendo um eufemismo o termo “especial” utilizado em alusão aos militares que se submetem às rígidas exigências do cotidiano de uma tropa de elite não é empregado em vão. Requisitadas em situações para as quais tropas regulares não são devidamente adequadas, as FOpEsp – devido às características de

sua composição e adestramento – destacam-se pela performance de execução precisa no desempenho dos procedimentos operacionais empregados durante o cumprimento de uma missão.

Evidenciadas, sobretudo, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, as FOpEsp deixaram de se limitar aos resultados táticos conquistados em campanhas militares tradicionais nas quais operavam, de modo a prover suporte às tropas convencionais, para produzir resultados estratégicos significativos atuando como esforço principal.

A realidade dos conflitos contemporâneos, frutos da condição norte-americana como potência hegemônica e do processo de globalização, retirou dos Estados a precedência acerca da condução dos conflitos. Por não se comprometerem a observar os regulamentos internacionais, os atores não estatais lançam mão de métodos não convencionais que fogem à capacidade das tropas regulares, dando proeminência às unidades que têm competência para enfrentar esse tipo de ameaça. Nesse sentido, o diferencial que pesa em favor das FOpEsp em relação às unidades convencionais é sua capacidade de alcançar resultados expressivos conjugando economia de forças (contingente reduzido) com diferentes alternativas de emprego (flexibilidade operacional).

NOTAS/REFERÊNCIAS

[1] Princípio militar que determina que um ataque contra a força inimiga deve ocorrer em momento e local inesperados pelo oponente, limitando sua capacidade e tempo de reação.

[2] JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a Intervenção no Afeganistão: um novo modo de guerra americano?** 2009. 135 f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP, UNICAMP e PUC-SP (“San Tiago Dantas”) São Paulo, 2009, p. 123.

[3] Os princípios militares, também conhecidos como princípios da guerra constituem o conjunto de fatores imateriais que de uma forma ou outra podem influenciar na condução de operações militares. Os nove princípios preconizados (objetivo/dedicação, ofensiva, massa, economia de forças, manobra/rapidez, unidade de comando, segurança, surpresa, simplicidade) representam uma série de fatores observados e identificados em diferentes campanhas militares no decorrer da história. Embora não sejam adotados como regra por todas as nações, tais princípios são empregados pela maioria das FA nacionais.

[4] Princípio militar que estabelece que uma força atacante, necessariamente, deve empregar o potencial de combate em um local e hora considerados decisivos, de modo a cumprir os objetivos da missão em questão com um mínimo de desgaste dos meios empregados na ação.

[5] Operação realizada por um pequeno grupo de indivíduos, que se valendo do elemento surpresa, promove uma ação de natureza ofensiva contra uma tropa ou instalação inimiga. Ações dessa ordem, necessariamente, devem ser conduzidas mediante deslocamento furtivo da força de assalto até às proximidades do objetivo. O ataque

propriamente dito é executado de forma contundente para extinguir a capacidade de resistência adversária, destruir instalações de alto valor estratégico, coletar dados de inteligência e/ou equipamentos.

[6] DUNNIGAN, James F. **Ações de Comandos**: operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008, p. 61.

[7] Considerado como grande estrategista de guerra e teórico militar, Clausewitz foi um general prussiano que combateu as forças de Napoleão Bonaparte pelos exércitos da Prússia e da Rússia no final do século XVIII e início do século XIX. Sua obra, publicada postumamente, serviu como referência para inúmeras academias militares responsáveis pela formação e difusão do pensamento estratégico sobre a condução da guerra.

[8] JORGE, op. cit., p. 116.

[9] ABREU JUNIOR, Diller de. **As forças especiais brasileiras no século XXI**. O Periscópio. Niterói, ano XLIV, n. 62, 2009, p. 68.

[10] DENÉCÉ, Éric. **A História Secreta das Forças Especiais**. São Paulo: Larousse, 2009, p. 272.

[11] Considerada como a unidade precursora das Forças de Operações Especiais, o SAS operava com um contingente reduzido, tinha capacidade ofensiva móvel e autonomia que permitia a inserção e a extração por meios próprios e distintos, para executar missões de dois tipos: realizar incursões na retaguarda inimiga a fim de destruir ou inutilizar alvos estratégicos ou de oportunidade; e empreender atividades de guerrilha a partir de bases secretas no interior do território inimigo, provendo, conforme a necessidade e a disponibilidade, o treinamento e a coordenação das forças de resistência nativa. A designação propositalmente equivocada da unidade como tropa aerotransportada constituiu uma estratégia das forças aliadas para ludibriar os alemães, fazendo-os pensar que havia uma tropa britânica de paraquedistas operando na região norte da África.

[12] VIDIGAL, Armando A. Ferreira. **Conflito no Atlântico Sul**. 3. ed. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1985, p. 100.

[13] Idem, p. 273.

[14] BRASIL, Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01, 4. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2007, p. 113.

[15] Idem, p. 183.

[16] Formado em 1941 mediante decisão do Comando das Forças Armadas da Alemanha Nazista, Oberkommando der Wehrmacht (OKW) de formar uma força expedicionária (15ª e 21ª Divisões Panzer e 90ª Divisão Ligeira) para auxiliar o Exército Italiano a combater as tropas aliadas no continente africano.

[17] SWINSON, Arthur. **Comandos do Deserto**. História Ilustrada da 2ª Guerra, Tropas 7, Rio de Janeiro: Renes, 1975, pp. 43-44.

[18] VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 222.

[19] Princípio formulado por Carl von Clausewitz em sua obra "Da Guerra". Clausewitz considerava fundamental que a guerra estivesse sempre submetida à política, pois nenhuma guerra pode ser vencida sem a compreensão precisa dos fatores (objetivos, meios, oportunidades e limites éticos do uso da força) que sempre estarão submetidos aos objetivos políticos estabelecidos.

[20] A definição clássica de guerra assimétrica refere-se à disparidade de meios de combate entre forças antagonistas, permitindo um desequilíbrio em favor do mais forte. Na tentativa de resistir a esse desbalanceamento, a força que encontra-se inferiorizada lança mão de métodos não convencionais centrados nos pontos fracos do inimigo na tentativa de cercar a capacidade do oponente de fazer valer seus fatores de força.

[21] BERMÚDEZ, Brummel Vásquez. **A Guerra Assimétrica à Luz do Pensamento Estratégico Clássico**. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, ed. 7, 2006, p. 67.

[22] A opção pelo termo "operadores" usada em referência aos membros das FOPEs justifica-se por ser esta uma expressão consagrada internacionalmente no âmbito das OpEsp. Julgamos que a palavra "agente", também empregada nesse contexto, enquadra-se melhor ao designar os integrantes das agências de inteligência e dos órgãos de segurança pública, motivo pelo qual preferimos não adotá-la nesta obra.

[23] DENÉCÉ, op. cit., p. 235.

[24] McRAVEN, William Harry. **Spec Ops: case studies in special operations warfare theory and practice**. Novato, California: Presidio Press, 1996, p. 8.

[25] Princípio militar formulado por Carl Von Clausewitz o qual estabelece que mesmo considerando todas as conjunções que podem de uma forma ou outra influenciar no desenvolvimento de uma campanha, sempre existirão condições imprevistas (azar, incerteza e vontade do inimigo) que se manifestam apenas no decorrer da ação e podem apresentar-se como o fator determinante no curso dos eventos subsequentes.

[26] McRAVEN, op. cit., pp. 4-5.

[27] DENÉCÉ, op. cit., p. 244-245.

[28] Nesse sentido, a definição da palavra "clandestina" não deve ser confundida com o significado do termo "secreto", uma vez que operações secretas são realizadas com o intuito de dissimular a identidade do Estado patrocinador da operação militar em questão.

[29] PINHEIRO, Álvaro de Souza. **Knowing your Partner: the evolution of Brazilian Special Operations**

- Forces.** JSOU Report 12-7. Hurlburt Field, FL: Joint Special Operations University (JSOU), 2012, p. 34.
- [30] Conjunto de tratados internacionais realizados entre 1864 e 1949, elaborados e ratificados em Genebra (Suíça), responsáveis por definir a regulamentação do Direito Humanitário Internacional. Em essência, esses tratados determinam os direitos e deveres das pessoas, sejam elas combatentes ou não, em períodos de conflito armado.
- [31] OLIVEIRA, Marcos Aurélio de. **A nova ordem mundial e a guerra assimétrica.** III Seminário de Estudos: Poder Aeroespacial & Estudos de Defesa, Universidade da Força Aérea – UNIFA, pp. 97-109, julho de 2010. Disponível em: <https://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos/marcos-aurelio-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2013.
- [32] Organização fundamentalista islâmica criada em 1989 por Osama Bin Laden durante a invasão soviética ao Afeganistão. Quando os EUA intervieram para retomar o território do Kwait ocupado por tropas iraquianas (Guerra do Golfo, 1991), a Al-Qaeda opôs-se à presença estadunidense na região alegando que os norte-americanos empreendiam uma política de opressão contra os muçulmanos. Com apoio do regime Talibã, movimento islâmico ultraconservador que governou o Afeganistão entre 1996 e 2001, a Al-Qaeda iniciou uma violenta campanha terrorista contra os EUA e seus aliados.
- [33] Movimento fundamentalista islâmico que atua nos territórios do Afeganistão e Paquistão. Formado em 1994, após a ocupação do Afeganistão pela URSS (entre 1979 e 1989), o grupo invadiu a capital Cabul em 1996 durante o governo dos mujahedin, considerados pelos extremistas talibãs como excessivamente liberais, governando o país até a invasão do território afegão pelas tropas americanas em 2001.
- [34] JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a Intervenção no Afeganistão: um novo modo de guerra americano?** 2009. 135 f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP, UNICAMP e PUC-SP (“San Tiago Dantas”) São Paulo, 2009, p. 2.
- [35] SCAHILL, Jeremy. **Guerras Sujas: o mundo é um campo de batalha.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 45.
- [36] DUNNIGAN, James F. **Ações de Comandos: operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008, pp. 247-250.
- [37] ARENTZ, Carlos Eduardo Horta. **Combate à pirataria marítima e ao terrorismo: um novo campo de atuação para as operações especiais navais?** Revista do Clube Naval. Rio de Janeiro, ano 119, n. 357, Jan/Fev/Mar, 2011, p. 33.
- [38] Oficialmente denominada Frente Islâmica Unida para a Salvação do Afeganistão, constitui a organização político-militar do Estado Islâmico do Afeganistão que em 2001 se aliou aos EUA em sua GWOT. Essa organização foi criada em 1996 com o objetivo de unir grupos afegãos divergentes que se opunham ao movimento fundamentalista Talibã.
- [39] DENÉCÉ, op. cit., p. 215.
- [40] Conflito travado entre a Iugoslávia e as forças da OTAN, por ocasião dos enfrentamentos ocorridos entre forças de segurança da Sérvia e da Iugoslávia contra a guerrilha (Exército de Libertação do Kosovo) formada por integrantes de origem étnica albanesa que lutavam pela independência da província.
- [41] Conflito travado entre uma aliança de países ocidentais (Reino Unido, França, Canadá) liderados pelos EUA, mediante contribuição da organização armada muçulmana Aliança do Norte, contra o regime talibã que governava o Afeganistão, além de apoiar e dar abrigo aos membros da al-Qaeda. A invasão marca o início da GWOT, declarada após os atentados de 11 de setembro.
- [42] NOGUEIRA, Daniel Silvino Costa. **Estariam os Mergulhadores de Combate da Marinha do Brasil bem Estruturados para Combater o Terrorismo?** 2014. 103 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítima) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.
- [43] GRAY, Colin. **Explorations in Strategy.** Westport, CT: Praeger, 1996, p. 149.
- [44] Nas concepções de Colin Gray, o termo “Grande Estratégia” é empregado em referência à utilização de todos os instrumentos de poder disponíveis para a conquista e/ou manutenção dos objetivos políticos de um Estado.
- [45] ALMEIDA, Carlos Wellington de. **Política de Defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas.** Opinião Pública. Campinas, v. 16, n. 1, Jun, 2010, p. 243.

